



Conselho Nacional de
Educação

Relato da 109ª Reunião do Plenário¹

No dia 23 de Fevereiro de 2012, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima nona Reunião Plenária, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Aprovação do relato da 108ª reunião plenária; 2- Informações; 3- Eleição do Coordenador da 5ª Comissão Especializada permanente; 4- Apreciação do projeto de Parecer sobre “Proposta de Revisão da Estrutura Curricular para o Ensino Básico e Secundário; 5- Indicadores para o Estado de Educação 2012; 6- Relatório de Atividades 2011.

A Presidente deu início à reunião cumprimentando os conselheiros empossados Jorge Moreira de Sousa, designado pela Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira, Eugénia Correia de Aguiar Branco Figueiredo, em representação do Centro Português de Fundações, e João Muñoz de Oliveira, em representação da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo. De seguida, colocou à votação o relato da 108ª reunião plenária que foi aprovado.

No ponto 2 da OT – Informações, a Presidente informou ter tido lugar, no passado dia 3 de Janeiro, a apresentação do relatório Estado da Educação 2011 na Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR, o qual foi bem recebido e considerado muito útil por parte dos deputados. A equipa responsável pelo estudo sobre “Novo modelo de governança e gestão das instituições de ensino superior em Portugal” apresentou o relatório intercalar e prevê-se a realização de um workshop de discussão com especialistas no final dos trabalhos. Nos próximos meses, deverão ter lugar no CNE os seguintes seminários: “Diversidade e Equidade na Educação”, em colaboração com a Fundação Aga Khan, “Avaliação das Aprendizagens na Avaliação da Educação”, com a participação de Paulo Santiago da OCDE, e “Serviço Público de Educação”, com Pauline Musset, autora do estudo da OCDE *SchoolChoice and Equity*. A celebração dos 25 anos do CNE será assinalada também com a realização de um seminário subordinado ao tema da concertação educativa. A Presidente informou ainda que se encontra a ser elaborada uma recomendação sobre o prolongamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos.

No ponto 3 da OT – Eleição do coordenador da 5ª Comissão Especializada Permanente, a Presidente propôs a conselheira Maria Calado, ficando a urna aberta até às 12 horas para votação dos conselheiros.

No ponto 4 da OT – Apreciação do projeto de Parecer sobre “Proposta de revisão da estrutura curricular para o ensino básico e secundário”, a Presidente deu a palavra aos conselheiros relatores Maria Emília Brederode Santos e Fernando Bexiga

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no Arquivo do CNE.

para apresentação do projeto de Parecer, lamentando a ausência por motivos de saúde da conselheira relatora Maria Arminda Bragança. Aberto o debate, intervieram os conselheiros Paulo Sucena, Albino Almeida, Cecília Honório, Fernando Adão da Fonseca, Vítor Dóres, João Muñoz, Jorge Moreira de Sousa, José Ferreira Gomes, António Pinho, Joaquim Azevedo, Rosalina Martins, Carlos Chagas, Rosário Barros, Antero Resende, José Augusto Bernardes, Zélia Nunes e Clara Lourenço.

Em geral, os conselheiros consideraram o projeto de Parecer globalmente bem estruturado e fundamentado. Na opinião do conselheiro Paulo Sucena, a proposta de revisão curricular dos ensinos básico e secundário não explicita as razões das alterações propostas, surgindo como mais uma alteração avulsa que retira coerência interna ao atual currículo. Para o conselheiro Albino Almeida, a restrição do âmbito do currículo decorre de constrangimentos orçamentais, mas na verdade compromete a sua racionalidade, não tem em conta nem os investimentos anteriormente feitos, nomeadamente nas TIC, nem a importância estruturante da disciplina de Formação Cívica no ensino secundário. A conselheira Cecília Honório lembrou as orientações internacionais em matéria curricular e considerou que a fragmentação disciplinar do currículo e o seu fechamento não reduzem a dispersão curricular nem reforçam a autonomia das escolas, contribuindo para a desvalorização da aprendizagem em contexto, pelo que centrar a reforma curricular sobre as “disciplinas essenciais” e distribuição das horas letivas será muito limitado. Os conselheiros Fernando Adão da Fonseca, João Muñoz e Joaquim Azevedo defenderam maior flexibilidade e autonomia de gestão curricular por parte das escolas, sugerindo que apenas fossem definidos centralmente os limites mínimos e máximos das cargas horárias, tendo os conselheiros Vítor Dóres e Jorge Moreira de Sousa referido as componentes regionais inseridas no currículo nacional, por parte das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

O conselheiro Carlos Chagas referiu ser esta a sexta revisão curricular realizada nos últimos doze anos, o que tem vindo a transformar o currículo nacional numa manta de retalhos, sendo a presente proposta meramente uma medida para poupança de recursos. Para a conselheira Rosalina Martins, a proposta curricular é fragmentada, carece de sustentabilidade teórica, não inclui o 1º ciclo do ensino básico, opinião igualmente partilhada pelos conselheiros Antero Resende, Clara Lourenço e Zélia Nunes. A conselheira Rosário Barros referiu os efeitos desviantes da introdução de reformas avulsas no sistema educativo e considerou que a proposta do Governo no essencial visa a poupança e enferma de uma visão pedagógica dualista que opõe conhecimentos a competências e “disciplinas fundamentais” a “disciplinas não fundamentais”, razões pelas quais devia ser pedida a sua suspensão.

O conselheiro José Ferreira Gomes salientou a importância de o currículo se abrir a espaços de aprendizagem menos formais e sugeriu que fossem revistas no projeto de Parecer as referências feitas ao PISA por falta de explicitação. Na opinião do conselheiro António Pinho não existe relação entre os princípios enunciados na proposta de revisão curricular e a análise feita no projeto de Parecer, tendo o conselheiro José Augusto Bernardes considerado que o mesmo deveria ser mais neutro em matéria doutrinal, até porque o reforço da disciplinaidade nos currículos seria uma tendência em toda a Europa.

A Presidente passou a palavra aos conselheiros relatores que consideraram ser de reforçar nas recomendações as questões a que devem obedecer os processos de revisão

curricular – ser regulares, metódicos e sustentados -, bem como uma melhor explicitação do que se considera dever ser a estrutura do currículo comum com integração de componentes regionais e personalizadas. Tendo em conta as sugestões acolhidas pelos conselheiros relatores, a Presidente colocou à votação o projeto de Parecer que foi aprovado com 37 votos a favor, 3 votos contra e 9 abstenções.

No ponto 5 da OT- Indicadores para o Estado da Educação 2012, a Presidente informou que o tema a aprofundar no Relatório de 2012 será a Descentralização da Educação e a Autonomia das Escolas e pediu que os conselheiros enviassem as suas sugestões relativamente aos indicadores apresentados. **No ponto 6 da OT – Relatório de Atividades 2011** pediu igualmente que fossem enviados ao CNE eventuais comentários.

Finalmente, a Presidente deu conta dos resultados da eleição do Coordenador da 5ª Comissão Especializada Permanente, tendo a conselheira Maria Calado sido eleita com 38 votos a favor e 7 votos brancos.

Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.